

## CURSINHOS ALTERNATIVOS E POPULARES: ORIGENS, DEMANDAS E POTENCIALIDADES

Cloves Alexandre de CASTRO<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto é uma introdução e ao mesmo tempo, reflexão referente à nossa dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2005 sob orientação do professor Jayro Gonçalves Melo. Versa sobre a trajetória dos movimentos territoriais que têm em suas pautas a luta pelo acesso ao ensino superior gratuito no Brasil para as camadas mais pauperizadas da sociedade. Inicialmente fizemos um breve histórico dos eventos que constituíram tais movimentos com o intuito de reafirmarmos a importância da história no processo de compreensão dos fenômenos e na construção das identidades de movimentos que assumem, por meio de novas nuances, pautas sociais há tempos negadas à maioria da população. Em seguida tratamos da questão dos movimentos sociais no interior das análises geográficas e os esforços pela busca de abordagens particulares desses fenômenos pelos geógrafos através da construção de conceitos geográficos para análise desses movimentos.

**Palavras chaves:** Cursos Alternativos e populares; Estado; hegemonia; escala geográfica; movimento territorial.

### ALTERNATIVE AND POPULAR PREPARATORY COURSES: origin, contest and possibility

**Abstract:** The present text is an introduction and, at the same time, reflection related to our master's thesis oriented to by teacher Jayro Gonçalves Melo, presented in December 2005. Refers to trajectory of the territorial movements which has in its basis the struggle for the access to free higher education in Brazil by the poorest layers of the society. At first, we did a brief background of the events which constituted such movements with the intention of reassuring the importance of history in the process of understanding the phenomena and building the identity of movements which assume, though new paths, social issues neglected in past by the most of the people. Then, we treated the issues about the social movements within the geographic analysis and the efforts towards private approaches of such phenomena made by geographers who have built geographical concepts to analyse these movements.

**Word-Key:** Alternative and popular preparatory courses; State; hegemony; geographical scales; territorial movement.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Professor de Geografia no ensino fundamental do município de Descalvado - SP.

## INTRODUÇÃO

Este texto aborda os Cursos Alternativos e Populares no Brasil a partir de suas origens. Trabalhamos as trajetórias de diversas experiências dos pré-vestibulares alternativos e populares para ser possível compreendê-los enquanto movimentos sociais, e, em nossa análise geográfica, de movimentos territoriais.

Os eventos que possibilitaram o surgimento dos movimentos territoriais de luta pela democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil datam por volta dos anos de 1950. Eles estão relacionados com pelo menos três experiências distintas que produziram diferentes práticas políticas e que tiveram como questão central a inclusão social através da educação.

Entre os esforços que procuraram contribuir para o acesso ao ensino superior, vale frisar o pioneirismo de duas experiências oriundas no interior das universidades públicas por meio da iniciativa das entidades de representação estudantil. Trata-se do Curso da Poli (USP) e do Curso do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira (CAASO), na USP de São Carlos.

O primeiro foi fundado pelo Grêmio da Politécnica da USP em 1950, associação dos alunos dos cursos de Engenharia da Universidade de São Paulo. Segundo Fábio Sato, um dos atuais coordenadores do Curso da Poli, não há muitas informações daquela experiência que perdurou até o ano de 1982. Isso porque não se teve o cuidado em preservar os documentos guardados no prédio do Grêmio (antiga moradia dos estudantes da USP), nem o interesse de tentar reconstituir tal história por meio de depoimentos dos atores<sup>2</sup> que construíram aquela experiência (CASTRO 2005).

O segundo surgiu em 1957 por iniciativa dos alunos do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira (CAASO), na USP de São Carlos. Tais alunos perceberam que os calouros estavam chegando à universidade carente das formações necessárias para dar continuidade aos estudos na chamada área de exatas. Decidiram então criar um Curso Pré-Vestibular

---

<sup>2</sup> Embora tenhamos usado na dissertação o conceito de atores sociais, após reflexões compreendi se tratar de um conceito incompatível com nossa opção metodológica, pois os atores desempenham papéis determinados na sociedade; Já os sujeitos caracterizam-se pela autonomia, além de a noção de sujeito ter surgido no Brasil a partir dos discursos dos movimentos e comunidades de bases durante os anos de 1970, onde os Cursos Populares encontraram férteis terrenos na construção de suas identidades.

para atender a uma população de menor poder aquisitivo e possibilitar àquelas pessoas ingressarem na universidade pública com uma boa base nos conteúdos.

O desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, efetivado através das transferências de capitais oriundos da produção cafeeira e dos investimentos de capitais externos, e o movimento migratório para as grandes cidades da região sudeste, desencadearam na explosão do processo de urbanização brasileira e exigiram a ampliação e diferenciação das estruturas educacionais oferecidas até o momento em questão (LEFEBVRE, 2004).

Enquanto a chamada “burguesia nacionalista”, associada aos setores médios e aos representantes de trabalhadores e comunistas, enxergavam a educação como meio para um desenvolvimento capitalista que atenuasse a miséria e desenvolvesse as forças produtivas, uma outra fração burguesa, muito mais conservadora e com forte influência na máquina estatal, considerava a escolarização popular apenas como uma forma de transmissões dos conhecimentos básicos para que os trabalhadores fossem capazes de operarem os instrumentos relativos à produção de mercadorias que o momento exigia. Sobre essa política, que resultou na expansão oficial do ensino no Estado de São Paulo, o professor Celso Rui Beisiegel afirma:

[...] a constituição de um certo modo de produção de bens e serviços, que se faz dominante, no Estado de São Paulo, nesse período, explica a emergência e generalização de aspirações educacionais voltadas para a realização de expectativas de ascensão social vertical, despertadas pelas mudanças do mercado de trabalho. Com a abertura do processo político, após a queda do Estado Novo, essas aspirações encontram canais de expressão e provocam o alargamento da oferta de oportunidades escolares. A das oportunidades e a transformação qualitativa deste ramo de ensino encontram, assim, no crescimento e procura de vagas, um elemento explicativo e privilegiado: o desenvolvimento social fomenta a emergência e a generalização da procura; esta, por sua vez, conduz às progressivas alterações introduzidas na organização e no funcionamento de todo o ensino de nível médio (BEISIEGEL, 1989, p. 3).

Podemos dizer que as progressivas alterações introduzidas na organização e funcionamento do ensino de nível médio apontadas por Beisiegel (1989) marcaram o início do processo histórico de sucateamento que o ensino público no Brasil tem experimentado justamente por causa da

“emergência e generalização da procura” por vagas. Não que a procura e a expansão do ensino seja a causadora da deterioração do ensino público; longe disso. Mas tem sido uma estratégia de gestores públicos o constante esvaziamento, principalmente no quesito investimentos, dos serviços públicos de educação nos níveis fundamental e médio na medida em que as classes abastadas vão trocando tais serviços públicos pelas organizações educacionais privadas.

Tal processo se iniciou justamente no período histórico anteriormente relatado, ou seja, a diferenciação dos “serviços de educação” oferecidos pelo Estado se deu a partir do instante em que as classes populares passam a ter acesso a tal serviço público usufruído anteriormente apenas pela classe abastada. Mas a procura e a generalização das vagas causaram mais que simples emergência do serviço público de educação: causaram a diferenciação do ensino destinada às classes sociais, e com isso, o avanço do ensino privado e a concepção cada vez mais corrente de que a educação está no campo dos serviços (sem aspas), o que faz dela uma mercadoria (CHAUÍ, 2001).

Esse é apenas mais um exemplo das contradições produzidas pelo modo de produção capitalista que também na educação, ao expandir o ensino público, por conta da diferenciação e preconceito de classe, automaticamente contribui para expansão do ensino privado. Essas contradições podem se dar primeiramente pelo fato dos agentes que têm operado os interesses do ensino privado serem os mesmos que hegemonizam a Sociedade (Estado) brasileira e comandam o aparelho de Estado. Por isso, na medida em que há “pressões” ou necessidades para expandir determinado grau do ensino público, o setor privado avança sob o mesmo grau de ensino e também para o grau superior, pois a classe social que usufruía daquele serviço “público” se abstém da convivência com as chamadas classes “inferiores”. Com a ausência da classe dominante naquele espaço público, não há razão para manter nem ampliar os investimentos existentes naquelas instituições. Enquanto isso, tais investimentos são compensados cada vez mais nas facilidades adquiridas pelo setor privado da educação nos seus mais diversos campos de atuação.

A radicalização da sociedade brasileira nos idos do ano de 1950 e o descolamento dos movimentos populares do populismo tradicional permitiram o surgimento de novas e ricas experiências que tiveram no centro de suas ações a emancipação das classes trabalhadoras. Enquanto isso, no campo, as Ligas Camponesas se organizavam e chamaram os trabalhadores rurais a resistirem às violências dos latifundiários que, por

meio de ações criminosas, contribuíram para o êxodo rural, o aumento das pastagens e as monoculturas, visando apenas o mercado externo.

Entre as cidades, a experiência de Recife acontecia como uma das mais importantes, senão a mais importante experiência educacional vivenciada pelas classes trabalhadoras ao longo da história do Brasil. Trata-se, pois, do método de alfabetização que ficou conhecido como “método Paulo Freire” onde a alfabetização emerge como sinônimo de libertação, e a educação, como prática de liberdade. Não com o professor no comando de tal processo, como detentor unívoco do conhecimento, mas num processo dialógico de ensinar e apre(e)nder o povo e com o povo e que se resume na afirmação do professor Freire(1970): “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Essa experiência se espalhou pelo país por meio dos movimentos sindicais, populares e principalmente clericais e estudantis os quais participaram das campanhas de alfabetização utilizando métodos inovadores e propondo a “conscientização” dos pobres e dos deserdados do mundo. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) contribuiu de forma expressiva para a difusão de tais práticas que em breve fariam coro com as inovações no teatro e cinema; estes passariam a expor a realidade cotidiana da maioria da população em seus trabalhos.

A partir do ano de 1966 começaram a se reproduzir com força os cursinhos pré-vestibulares nas faculdades de várias universidades a exemplo dos que já existiam na Politécnica da USP e o do CAASO, USP de São Carlos. Dentre as novas experiências produzidas, a mais expressiva foi a do Cursinho da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (USP). Essa expressividade se deu porque o Cursinho foi construído na luta cotidiana dos estudantes daquela faculdade durante os difíceis anos do regime militar na década de 1960. Tais eventos marcaram a história do Brasil e fizeram do prédio onde se localizava a FFCL-USP, na Rua Maria Antônia, um patrimônio histórico cultural.

A conjuntura política vivida no Brasil durante o final dos anos 1960 exigiu posturas difíceis de todos os que, de alguma forma, haviam se posicionado contra o regime autoritário. Tais posturas também influenciaram no rumo que tomaria o Cursinho da FFCL-USP. Entre mantê-lo sob a gestão do Centro Acadêmico que sofreria em breve uma intervenção e fechamento por meio de decreto-lei do regime militar, ou preservá-lo,

ampliando as experiências construídas até aquele momento, mesmo que fosse sob as asas da iniciativa privada, prevaleceu a segunda alternativa.

E assim, do Cursinho da Faculdade de Filosofia surgiu o Colégio Equipe, importante alternativa educacional aos desmandos do regime autoritário. Seus métodos inovadores e professores qualificados estavam voltados para um público social e financeiramente seletivo.

Dando continuidade à tarefa de reconstituição dos processos que contribuíram para a ação dos cursinhos alternativos e populares a partir dos anos 1990, não poderíamos deixar de situar o papel dos movimentos populares, principalmente no Município e Grande São Paulo a partir da metade dos anos 1970. Diante do fato de a Igreja Católica ter sido o único espaço institucional “respeitado” pelo regime militar, coube a sua ala progressista o papel de contribuir para a construção de um canal em que o povo expressasse suas demandas (SADER, 1988). Por meio do diálogo com outras demandas semelhantes, constituíram-se alternativas para problemas locais do cotidiano daqueles que estavam oprimidos pelo custo de vida, pela ausência de creches, moradia, saúde, educação e por um intenso aparelho repressivo que intimidava qualquer possibilidade de contestação.

Tais diálogos se deram majoritariamente nos espaços da Igreja e foram preparados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Elas transformaram os territórios das Igrejas nas periferias do Município de São Paulo e Região Metropolitana em verdadeiros espaços de socialização política (FERNANDES, 1997). Segundo Sader (1988, p. 144), para que isso tenha sido possível, foi importante a reconstituição das matrizes discursivas das instituições em crises que abriram espaços para novas elaborações. Cada uma delas experimentou a crise sob a forma de um deslocamento de seu público. Setores da Igreja Católica que perderam a influência junto ao povo construíram as comunidades de base; dos grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surgem buscas por “novas formas de integração com os trabalhadores”; e, da estrutura sindical esvaziada por falta de funções, surge um “novo sindicalismo”. Hoje, já velho.

Sader acentua, entre várias características dos movimentos sociais emergidos na segunda metade dos anos de 1970, a importância do cotidiano enquanto espaço de resistência. Tal debate continua atual e transcendeu o campo da Sociologia, ocupando hoje espaços nos debates produzidos pelos geógrafos nos últimos trinta anos.

Durante os anos de 1980, tendo como referência o Cursinho da Poli, emergiram novas experiências de pré-vestibulares não comerciais nos campi das universidades públicas brasileiras. Mas é a partir de 1990 que os estudantes de vários campi de diversas universidades resolveram repensar suas práticas no interior do movimento estudantil. Passaram a contribuir para a construção do movimento em seus campi e a viabilizarem o ingresso na universidade pública de novos atores sociais que, presentes nos discursos e manifestos, não estavam presentes nas políticas públicas governamentais e muito menos nos cursos das universidades públicas.

É nessa conjuntura que emerge a experiência do Cursinho do DCE-UNICAMP/Gestão Identidade. Em meio às manifestações pelo “Fora Collor”, os estudantes da UNICAMP se organizaram e construíram a primeira experiência de pré-vestibular alternativo no município de Campinas. Essa trajetória é relatada por Custódio (1999) e a nosso ver, com as assimilações das experiências que estavam por vir, foi um dos precursores do Movimento dos Sem Universidade - MSU<sup>3</sup>.

Os Centros Acadêmicos da Universidade de São Paulo não deixaram por menos, principalmente depois da perspectiva democrática no 43º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1993, na capital do Estado de Goiás, ter sido derrotada. Foi uma grande frente que se articulava em torno da chapa “Movimento UNE Democrática” (MUDE). Tinham como princípios reverem as práticas dos dirigentes do movimento estudantil que ainda se encontravam encantados com o “ovo da serpente” representado pela gestão dos milhões de reais providos das carteiras estudantis que “garantem” o pagamento de meia-entrada em eventos culturais aos que as possuem independente da forma, infelizmente.

A ausência de perspectivas com a entidade nacional de representação estudantil permitiu que centros e diretórios acadêmicos dos diversos cantões do país rediscutissem suas pautas e incluíssem nelas, alternativas para inserção nas listas dos aprovados nos exames vestibulares das universidades públicas do país um outro ator social, presente apenas nas estatísticas dos piores indicadores sociais e nos discursos de políticos demagogos. Para tanto, a tática escolhida foi o exemplo das experiências históricas (Cursinho da Poli, CAASO e da Filosofia) e das que iniciaram naquela conjuntura, no caso, o Cursinho do DCE-UNICAMP, criado na gestão IDENTIDADE, em 1992, e o Pré-Vestibular Para Negros e

<sup>3</sup> Falaremos mais adiante sobre o MSU.

Carentes (PVNC) criado em 1993 na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, por religiosos, estudantes e lideranças populares locais. Esse processo incentivou outras experiências de Pré-Vestibulares Alternativos a partir da nova práxis de um setor do movimento estudantil e possibilitou que atualmente, praticamente todos os campi da UNESP tenha um Pré-Vestibular Alternativo voltado (pelo menos em tese) às comunidades mais pobres das cidades e regiões em que essa universidade é abrigada.<sup>4</sup>

Fora do campo do movimento estudantil, mas articulado no interior da universidade pública, surgiu o Cursinho da Consciência Negra, organizado pelo Núcleo da Consciência Negra da USP. Ele foi criado a partir da necessidade de se discutir os porquês (?) da majoritária ausência do negro na universidade pública, ou quando sua presença se torna visível, é na realização de trabalhos “desprestigiados” socialmente.

Assim, em 1987, uma articulação das entidades de representação da comunidade uspiana (DCE, SINTUSP e ADUSP) fundou o Núcleo da Consciência Negra da USP com o objetivo de ampliar a discussão sobre a questão do negro no espaço da Universidade de São Paulo. Quase dez anos depois, em 1996, o mesmo grupo criou o Cursinho do Núcleo da Consciência Negra, cujo objetivo central é contribuir na preparação de afro-brasileiros e egressos das escolas públicas que não tenham condições de custear um pré-vestibular comercial para o exame vestibular das universidades públicas.

Continuando a trajetória dos pré-vestibulares alternativos e populares que se constituíram fora do espaço da universidade pública, temos a experiência da Educação para Negros e Carentes (EDUCAFRO); Ela se encontra como uma das mais bem sucedidas práticas de Cursinhos Alternativos associadas ao movimento popular.

Foi na campanha da fraternidade promovida anualmente pela Igreja Católica, em 1988, com o tema do centenário da abolição da escravatura que surgiu a idéia de formar um pré-vestibular para negros e pobres em geral. A Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) passou a incentivar a formação de agentes de pastoral negros. Nessa discussão apareceu a questão do acesso à universidade e da representação da comunidade negra nos bancos das universidades públicas do país (CASTRO, 2005, p. 49).

<sup>4</sup> Vale esclarecer que os Cursinhos “da” UNESP estão institucionais, o que não significa estar fora do raciocínio histórico da trajetória dos Cursinhos Alternativos e Populares. Trata-se, pois da prática de uma das atividades fins da universidade pública, ou seja, extensão universitária.

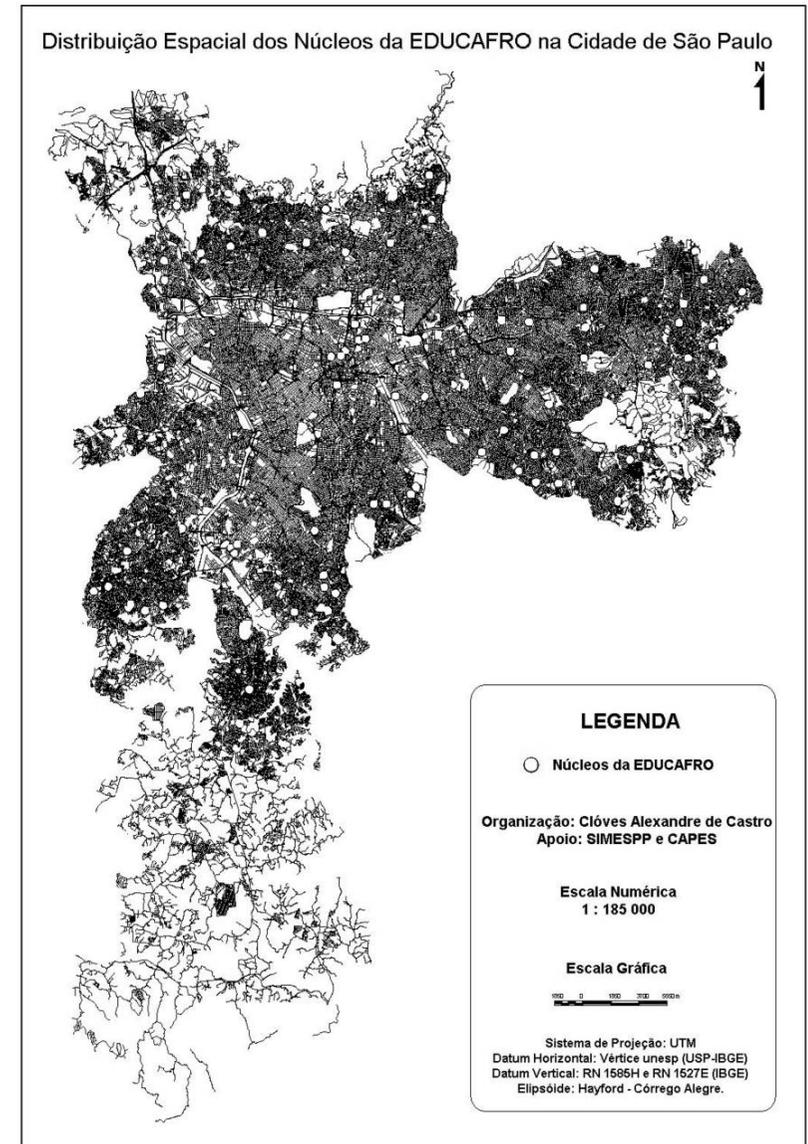
Estava posto o desafio da construção de um projeto de educação popular que viabilizasse o acesso da comunidade negra e de outros setores de baixa renda ao ensino superior gratuito: um projeto que apontasse para a superação das desigualdades e contribuísse para a aquisição de capitais culturais suficientes para a aprovação nos exames vestibulares. Tal perspectiva materializou-se na EDUCAFRO, que surgiu na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, em meio ao mesmo processo do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC).

Na cidade de São Paulo, a EDUCAFRO encontrou terreno fértil na tradição dos movimentos sociais ligados à Igreja e no Movimento Negro Paulistano. A partir de 1994, a organização foi acolhida pelos frades franciscanos que, na fala de Frei David, coordenador geral da EDUCAFRO, “foi um gesto político de solidariedade e opção pelos excluídos do sistema público de ensino” (DAVID, 2004). Atualmente, os núcleos da EDUCAFRO encontram-se territorializados em todas as regiões da grande São Paulo. O mapa a seguir expressa a receptividade das comunidades mais empobrecidas do município de São Paulo em acolher os diálogos que podem pôr fim, ou ao menos amenizar suas histórias de exclusões sociais.

Percebe-se que os núcleos da EDUCAFRO se encontram majoritariamente na periférica da cidade e nos bairros que compõem o centro da cidade e se tornaram lugares insalubres devido à ausência de políticas de reestruturação urbana.

A transmissão das experiências vividas nos cursinhos dos diversos campi das universidades públicas do país contribuiu para que tais vivências fossem reconstruídas fora dos muros daquelas universidades. Isso foi possível com a colaboração de atores que usufruíram dos projetos desenvolvidos pelo movimento estudantil e pelas extensões universitárias e que ingressaram na universidade pública. Posteriormente, levaram para seus espaços do cotidiano a alternativa de se construir um pré-vestibular popular e ao mesmo tempo, se transformaram em sujeitos sociais e agentes locais.

Assim, o lugar da luta pelo acesso ao ensino superior gratuito chega pela primeira vez na história do Brasil à periferia dos grandes centros urbanos do país. Em Campinas, isso se transformou em realidade na Associação dos Moradores da Vila União, onde foi criado o Cursinho Hebert de Souza, a partir das experiências dos Cursinhos do DCE da UNICAMP e da Moradia Estudantil da UNICAMP (CUSTÓDIO, 1999).



Em Presidente Prudente, os dois projetos populares de pré-vestibular estão associados ao pioneirismo do Cursinho “Ideal” da UNESP<sup>5</sup>, e com as práticas dos estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP (FCT-UNESP) e lideranças populares ligadas à Igreja Católica. O primeiro, surgiu em 2003 e foi resultado de pelo menos dois anos de diálogos entre atores ligados a UNESP (alunos e professores), gestores da UNESP e lideranças da Comunidade São Pedro, na Vila Líder, Presidente Prudente; funcionou apenas durante o segundo semestre do ano em que foi criado e teve uma boa aceitação e participação popular. No entanto, faltaram empenho e vontade política das lideranças locais para que o projeto continuasse no ano seguinte.

Em 2004, calouros da FCT-UNESP se empenharam num processo de rearticulação do movimento estudantil local. Eram majoritariamente alunos do curso de Geografia, mas o fato mais interessante foi que a maior parte daqueles atores se prepararam para o exame vestibular em Cursinhos Alternativos e Populares e levaram para o espaço da FCT a voz e a pauta da periferia. A primeira por meio do Rapp e Hip-Hopp; a segunda, por meio de eventos que há tempos não estavam na pauta do movimento estudantil local, como por exemplo, a questão racial e a aglutinação de pessoas por meio da criação de um cineclube.

Durante o ano seguinte, o tal grupo se consolidou e em parceria com o Movimento Negro e a Cúria Diocesana do município construíram um projeto político, até agora, o mais importante da atual geração dos estudantes da FCT-UNESP. Trata-se do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo, que desenvolve suas atividades em uma sala cedida na Cúria Diocesana de Presidente Prudente.

Foi durante o ano de 2001 que despontou no cenário político nacional o Movimento dos Sem Universidade – MSU. É originário do acúmulo de pelo menos dez anos dos atores que militam no campo dos Cursinhos Alternativos e Populares. No entanto, suas práticas superam e muito as dos milhares de Cursinhos deste campo. Sua intensa relação com os movimentos populares e a clareza com que afirma ser os Cursinhos apenas um meio para aglutinar os descontentes com as regras de acesso ao ensino superior e, não um fim para por abaixo as “cercas” das instituições públicas de ensino superior<sup>6</sup> que impedem a universidade pública de ser uma instituição verdadeiramente democrática. Sua inspiração é oriunda da

<sup>5</sup> Sobre o Cursinho Ideal da UNESP, ver CASTRO, 2002.

<sup>6</sup> Para saber mais sobre o Movimento dos Sem Universidade ver Castro, 2005. Acesse também [www.msu.org.br](http://www.msu.org.br).

atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. O nome que carrega é uma alusão à fala do Bispo de São Felix do Araguaia-MT quando homenageado com o título de doutor *honóris causa* na Universidade de Campinas. Durante o evento, D. Pedro convocou os despossuídos do Brasil à luta para acabar com esse Brasil “dos Sem Terras, Sem Tetos, Sem Universidades...”.

O MSU está entre os grandes movimentos sociais do Brasil. A riqueza e legitimidade da sua pauta e a coerência com que a reivindica, o lançou no cenário nacional. Protagonista do lema “menos presídios e mais universidades”, o MSU comandou a luta pela construção da universidade popular de São Paulo no espaço onde funcionava o pavilhão nove do presídio do Carandiru. Para o movimento, uma universidade naquele lugar tinha um valor simbólico, pois seria a possibilidade de plantar esperança num lugar em que a desesperança e a falta de perspectiva reinaram durante décadas. No mais, a luta contra a implosão do pavilhão nove, se tratou de uma luta pela inclusão social e ao mesmo tempo pela preservação da memória da cidade e deram ao MSU espaço em noticiários internacionais.

Por último, também é justo debitar na conta do MSU a política de bolsas públicas nas universidades privadas, o PROUNI. Em meados do ano de 2003, o MSU comandou uma manifestação que teve como título: “Filantropia ou Pílantropia? O povo quer saber”. Foi a primeira vez que se contestou publicamente o status de filantropia das organizações particulares de ensino superior. Segundo a Constituição Federal elas devem reverter 30% do valor dos impostos federais não-pagos, em razão da filantropia, em benefícios sociais; isso nunca aconteceu. Ao mesmo tempo não há força política suficiente que permita rever aquela lei. Posto isso, o MSU sugeriu ao governo uma política para transformar os valores não revertidos em benefícios sociais pelas universidades privadas, exigido pela lei da filantropia, em bolsas públicas nas faculdades e universidades privadas. Portanto, ao contrário do discurso que se viu corrente, principalmente no interior das universidades públicas, o PROUNI se diferencia e muito do que foi o PROER. Enquanto o primeiro, por meio de uma engenharia política, resgata o fundo público surrupiado por detrás de leis caducas e incluí milhares no ensino superior, o segundo onerou os cofres públicos liberando milhões de dólares para alimentar o sistema financeiro nacional e internacional.

Outra importante trincheira ocupada pelo MSU é uma antiga reivindicação do movimento negro e dos estudantes da escola pública. Trata-se das cotas nas instituições de ensino superior pública para afro-

brasileiros e estudantes de escolas públicas. Esse debate tem sido travado com muita intensidade nos últimos cinco anos no Brasil e foi assumido pela EDUCAFRO, pelo PVNC e pelo MSU. No entanto, o mais importante é que o debate sobre as cotas foi recolocado de forma qualitativa na pauta da sociedade brasileira justamente pela ação dos movimentos sociais de luta pelo acesso ao ensino superior. Eles souberam transformar em ação os anseios da imensa massa que, nos últimos quinze anos, fez parte das estatísticas da universalização do ensino médio e se encontra ansiosa por uma vaga na universidade pública...

## 2 - A QUESTÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA GEOGRAFIA

Há quase três décadas se consolidava o mais importante e radical movimento que a Geografia brasileira construiu até o momento. Importante, pois colocou o Homem (ser social) no centro de suas preocupações. Radical, no sentido etimológico do termo e que nos remete novamente à questão da centralidade do homem como objeto em qualquer atividade que produza conhecimento, seja científico ou não, mas ao se tratar de conhecimento científico (que é conhecimento humano), há o recorte que diferencia uma ciência das outras, permitindo análises particulares sobre os mesmos objetos. No caso da Geografia esse recorte é o espacial.

A preocupação da Geografia brasileira com os estudos dos movimentos sociais é um fato recente. Suas causas datam em torno de aproximadamente trinta anos, e foi fruto do processo que culminou na renovação da Geografia brasileira iniciada em meados dos anos de 1970. Segundo Bernardo Mançano Fernandes:

“[...] uma referência é o trabalho de Oliveira (1991, p.9), que registra os estudos de Orlando Valverde e Manuel Correa de Andrade a respeito da questão agrária e dos movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 60. Ainda assim, desde a década de 1980 vem crescendo o número de estudos geográficos a respeito dos movimentos sociais. São várias teses e dissertações em Geografia referentes a esse tema” (Fernandes, 2000, p. 60 e 2001, p.50).

Isso talvez justifique a interpretação de Pedon (2004) sobre a posição do filósofo François Dosse em seu livro “A história do estruturalismo”, no segundo volume, expressa no título do capítulo

dedicado à Geografia: “A Geografia, essa convidada de última hora” (SPOSITO, 2004, p. 9). Para Pedon (2004, p. 99), o fato que “enquanto as outras ciências estão preocupadas com as correções epistemológicas, buscando se atrelar às atualizações teóricas, a Geografia reluta em incorporar novas formulações e perspectivas”, e em seguida, afirma: “sim, seu pescoço estaria sempre voltado para trás” (PEDON, 2004, p. 100).

Embora o tema dos movimentos sociais tenha passado a incomodar os geógrafos brasileiros nos idos dos anos de 1970, seria coerente associar a crítica de Dosse ao recente interesse da Geografia pela análise dos movimentos sociais como sugere Pedon? Se a resposta for afirmativa, também não estariam os pescoços voltados para trás as ciências sociais que não conseguem incorporar em suas análises a problemática do espaço, indissociável da categoria tempo? Na verdade, em nosso modo de ver, a contribuição de Dosse se refere muito mais às diferentes temporalidades e peculiaridades da aquisição do status científico das disciplinas a que às opções de investigações que estão sempre postas nos espaços e tempos dos homens, visíveis ou não às lentes dos pesquisadores. Por isso, enxergamos com ressalvas a abordagem de Pedon (2004) por compreender ser fruto dos que reproduzem e aceitam passivamente o mito da superioridade entre as ciências por meio do estabelecimento de supostas hierarquias ou “atrasos”. Ora, o tempo das coisas é desigual e o conhecimento, acumulativo.

O conhecimento acumulado sobre os movimentos sociais por meio das diversas análises de diferentes campos do saber foram os ombros onde pesquisadores da Geografia se apoiaram para construir análises geográficas sobre os movimentos sociais e ousarem nos esforços para produzirem conceitos, e por que não, categorias geográficas que permitam abordagens particulares sobre o tema em questão.

A produção desses conceitos e categorias tem como ponto de partida as análises dos movimentos sociais a partir do significado do que o espaço e o território representam enquanto elementos particulares para a pesquisa em Geografia e ao mesmo tempo como expressões do significado que eles têm (ou passam a ter) para os sujeitos que operam e atuam nos movimentos sociais.

Dentro dessas perspectivas surgiram vários trabalhos que abordaram os movimentos sociais através da Geografia. Muitos deles, analisando a ação dos movimentos sociais que lutam pelo acesso a terra e

pela reforma agrária no Brasil, entre os quais, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Bernardo Mançano Fernandes estudou a formação do MST no Brasil por meio da análise de dois processos geográficos: o de espacialização e o de territorialização<sup>7</sup>. Tal reflexão suscitou no amadurecimento de questões já “ensaiadas” nos meados dos anos de 1990, publicada por Jean-Yves Martin em 1997. Naquele trabalho, o autor propõe o conceito de movimentos sócio-espaciais para aqueles movimentos que tem o espaço como trunfo:

Contudo, mais do que um abstrato “espaço de cidadania”, o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: espaço de vida/ou que é sempre a sua base e seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais, que podem ser denominados de movimentos sócio-espaciais (MARTIN, 1997, p. 32).

Já no ano de 2002, Jean-Yves Martin chama de movimentos sócio-espaciais “[...] todas as organizações, como partidos políticos e os sindicatos tradicionais, mais ou menos burocratizados [...]”, e de movimento sócio-territorial “[...] uma organização que tem a vontade e cria as capacidades de introduzir no espaço [...] verdadeiras mutações territoriais [...]”.

Em outra publicação, Fernandes aponta para a necessidade de os geógrafos produzirem conceitos e categorias para a análise dos movimentos sociais sugerindo o conceito de movimento sócio-territorial aos movimentos que têm como trunfo o território (2001, p.52).

Maria Franco García, na introdução da sua tese de doutorado, parte para uma instigante polêmica relativa à noção de movimento sócio-territorial proposta por Fernandes:

“[...]parece-nos uma contradição em termos utilizar o conceito “movimento sócio-territorial”, já que, acaso o território não é uma entidade social? Se bem que nem todo movimento social é territorial, como por exemplo o antigo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), hoje Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MCM-Brasil) entre outros, mas todo movimento territorial é social” (García, 2004, p. 16).

<sup>7</sup> Ver Fernandes, 2000.

Num primeiro momento, pensamos que nos cabe aqui uma pergunta fundamental: Qual o sentido de se pensar o espaço ou o território como um trunfo na análise dos movimentos sociais? Creio que ao pensá-los como trunfos, atribuímos a eles importâncias fundamentais para as conquistas dos objetivos que estimulam a organização dos movimentos sociais, ou seja, significa que são primordiais para a vitória do movimento social. Nesse sentido, acaso existe movimentos sociais, lutas ou contra-movimentos que não tenham no espaço ou no território os meios que possibilitam consolidar suas estratégias? Milton Santos (2005, p. 21) nos lembra que historicamente a geografia se interou mais pela forma do que pela formação das coisas, e em seguida adverte:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 2005, p. 22).

Os Cursinhos Alternativos e Populares, as organizações que surgiram dessas vivências, como a EDUCAFRO, o MSU e o PVNC, são movimentos sociais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil, pois por meio de organização e luta produziram espaços viabilizadores de contestações às formas atuais de acesso às universidades públicas e à organização social na forma que a tem sido, e ao mesmo tempo e lugar, articulam a preparação das comunidades pobres para o exame vestibular nos moldes que o próprio movimento critica.

Atualmente, apenas na Grande São Paulo, existe mais de 300 pré-vestibulares popular. Cada um deles com suas espacialidades acumuladas pelas suas histórias próprias e dos lugares onde se localizam. No entanto, as agendas do acesso ao ensino superior os unificam seja em torno do Fórum dos Cursinhos do Município de São Paulo, da EDUCAFRO, e/ou do MSU. Estes operam o movimento articulando as escalas produzidas em cada uma das experiências vividas, partilhadas entre os pré-vestibulares populares, e também, produzem escalas políticas no momento em que operam as táticas para viabilizar a agenda do movimento nos níveis do poder. E isso, os fazem movimentos territoriais.

## Referências Bibliográficas

- BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2001):** A luta pela igualdade no acesso ao ensino superior. 2003. 159f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da USP.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** – 17º ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 184p.
- \_\_\_\_\_. & BETTO, Frei. **Essa Escola Chamada Vida:** Entrevista ao repórter Ricardo Kotscho. – 6º. Ed. - São Paulo: Ática, 1991, 95p.
- BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular no Brasil:** um estudo sobre a educação de adultos. – São Paulo: Pioneira, 1974, 189p.
- \_\_\_\_\_. **Política e educação popular:** A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. – São Paulo: Ática, 1982, 304p.
- BONFIM, Talma Alzira. **O CAPE em nossas vidas:** a visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um cursinho pré-vestibular gratuito. 2003. 169f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da USP Ribeirão Preto.
- BOURDIEU, Pierre. **Razão práticas:** Sobre a teoria da Ação. – 4º edição Campinas: Papirus, 1996.
- CASTRO, Clóves Alexandre de. **Cursinho Ideal da UNESP:** por uma política pública de combate à exclusão social. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002. 60f. (Monografia de Bacharelado em Geografia).
- \_\_\_\_\_. **História social do trabalho e movimentos sociais no Brasil:** o surgimento dos Cursinhos Populares. Revista Formação, Presidente Prudente, n. 11 v.2, ano 10, p. 89 -109, Novembro, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Cursinhos Alternativos e Populares.** Movimentos Territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior gratuito no Brasil. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2005. 110f. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** – São Paulo: Editora Unesp, 2001, 205p.
- CUSTÓDIO, Sérgio José. **Cursinhos populares:** Democratização do acesso à universidade e Inclusão Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999. 123f. (Monografia de Bacharelado em Economia).

- DAVID, Frei. **EDUCAFRO:** Antes de tudo a defesa da cidadania. In: ANDRADE, Rosa Maria T; FONSECA, Eduardo F. (Org.). **Aprovados:** cursinho pré-vestibular e população negra. São Paulo: Selo Negro, 2002. p. 133-147.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** – São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.92), 120p.
- \_\_\_\_\_. **Movimento social como categoria geográfica.** In: Revista Terra Livre nº.15. São Paulo: Associação dos Geógrafos brasileiros, 2000, p. 59-69.
- GARCÍA, Maria Franco. **A Luta pela terra sob enfoque de gênero:** Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004. 192f. (Tese de Doutorado em Geografia).
- MARTIN, Jean-Ives. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais.** In: Caderno Prudentino de Geografia, nº. 19/20. Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros/ seção- Presidente Prudente, 1997, p.26-40.
- \_\_\_\_\_. **A Geografia da nova radicalidade popular:** algumas reflexões a partir do caso do MST. In: Revista Terra Livre nº. 19, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002, p.11-35.
- PEDON, Nelson. **Prolegômenos a uma geografia dos movimentos sociais.** Revista Formação, Presidente Prudente, n. 11, ano 10, p. 95-116, Maio, 2004.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar.** – São Paulo: Edusp, 2005, 176p.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o pensamento geográfico. - São Paulo: Editora UNESP, 2004.